

Estudo do Veto nº 11/2020

Projeto de Lei nº 2.129, de 2019
(nº 8.302/2017, na Câmara dos Deputados)

VETO TOTAL APOSTO “POR INCONSTITUCIONALIDADE E CONTRARIEDADE AO INTERESSE PÚBLICO”

Autoria do projeto:

- Edio Lopes (PR/RR)

Relatorias do projeto na Câmara:

- Deputado Hildo Rocha (MDB-MA): Parecer pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania – CCJC;
- Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP): Parecer pela Comissão de Viação e Transportes – CVT;

Relatorias do projeto no Senado:

- Senador Telmário Mota (PROS/RR): Parecer pela Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI;

Ementa do projeto de lei vetado:

"Inclui no [Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973](#), que institui o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica".

Assunto do Veto:

Inclusão de trecho rodoviário em Roraima no Anexo do Plano Nacional de Viação

Estudo do Veto nº 11/2020

EXPLICAÇÃO	ASSUNTO	ORIGEM/JUSTIFICATIVA	RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO
<p>11.20</p> <p>O Congresso Nacional decreta:</p> <p>Art. 1º Esta Lei altera a relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Federal, constante do Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que institui o Plano Nacional de Viação (PNV).</p> <p>Art. 2º O item 2.2.2 – Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, constante do Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, passa a vigorar acrescido da seguinte rodovia:</p> <p>“ANEXO</p> <p>.....</p> <p>2.2.2 – Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal</p> <p>.....</p> <p>BR Pontos de Passagem Unidades da Federação Extensão (km) Superposição BR Km Rodovia RR-319, que liga a BR-174 à BR-433 RR 128,8 -</p> <p>.....”</p> <p>Art. 3º A designação oficial e o traçado definitivo da rodovia de que trata esta Lei serão determinados pelo órgão competente.</p> <p>Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p>	<p>Inclusão de trecho rodoviário em Roraima no Anexo do Plano Nacional de Viação</p>	<p>Origem: Texto inicial</p> <p>Justificativa: “(...) Devido ao grande tráfego de veículos, sobretudo ônibus e caminhões, as condições de pista são inadequadas, colocando em risco os motoristas e passageiros que transitam diariamente. A federalização desta rodovia é fundamental para o povo roraimense, pois visa promover o desenvolvimento econômico regional, ampliando o potencial agropecuário.”</p>	<p>“O projeto legislativo, ao propor a federalização e inclusão da rodovia RR-319, trecho rodoviário de 128,8 quilômetros de extensão em Roraima, que liga a BR-174 à BR-433, no Anexo do Plano Nacional de Viação, disposto na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, ofende a autonomia dos entes federativos ante a inexistência de anuência do Estado de Roraima quanto à incorporação à malha viária da União, a teor do art. 19 da Lei nº 12.379, de 2011. Ademais, não atende aos requisitos para o trecho rodoviário que se pretende incluir naquele Subsistema, enquadrando-se nas exigências legais para ser uma rodovia estadual, o que já ocorre, além do fato de que a descentralização administrativa e federativa das rodovias se coaduna com a moderna legislação e com a política do setor de transporte. Tal medida ainda, institui obrigação ao Poder Executivo e cria despesa obrigatória ao Poder Público, violando assim, as regras do art. 113 do ADCT, bem como do art. 16 da LRF e, ainda, do art. 114 da LDO para 2020 (Lei nº 13.898, de 2019).”</p> <p>Ouvidos o Ministério da Economia, da Infraestrutura e a Advocacia-Geral da União.</p>